



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 154, DE 2006

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2006, (PDC nº 01733/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto DO Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

RELATORA: Senadora SERYS SIHESSARENKO

I – RELATÓRIO

Esta comissão é chamada a se pronunciar sobre o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 27 de dezembro de 2004, por intermédio da Mensagem nº 964, de 2004, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e Constituição Justiça e de Cidadania e pelo Plenário daquela Casa e subsequentemente remetido ao Senado Federal.

A proposição, nesta Casa, foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006, e, na Comissão, a esta Relatora, em 27 de janeiro.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de um acordo bilateral Brasil-Líbano, para instituir uma cooperação na área sanitária e fitossanitário com a finalidade de proteger a vida e a saúde humana e evitar a disseminação de doenças de animais e pragas de vegetais.

Desta forma, expandir o comércio bilateral entre os dois países de animais e vegetais e seus produtos, de maneira benéfica a ambos e sem riscos para disseminação de doenças e pragas. Esta expansão propiciará também, a cooperação técnica entre os dois países nas questões sanitárias e fitossanitárias.

Segundo a exposição de motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, estes objetivos serão alcançados “tendo por base as normas e regulamentos estabelecidos pelos principais organismos e instrumentos internacionais sobre a matéria, como a Organização Mundial de Saúde Animal e a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais”.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será a autoridade sanitária e fitossanitária competente para a execução do Acordo.

O texto do Acordo estabelece a cooperação para permitir a tomada de medidas com a finalidade de prevenir a introdução e/ou difusão de doenças animais ou pragas por meio da importação de animais, plantas e seus produtos, entre os dois países.

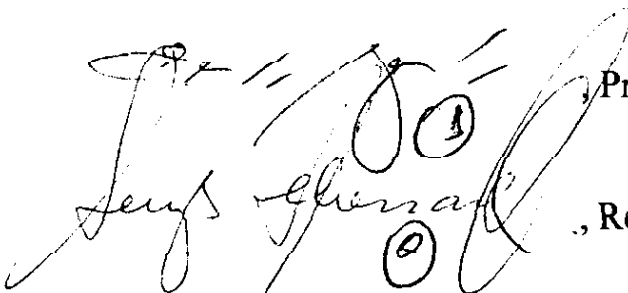


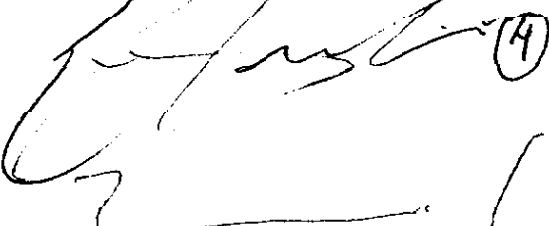
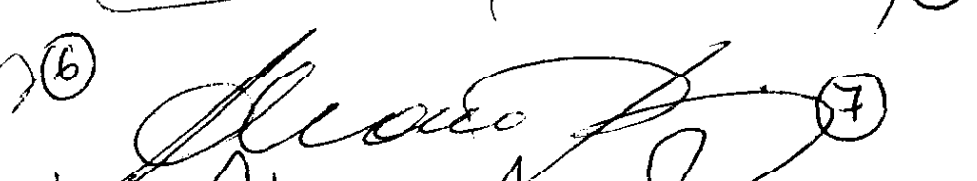
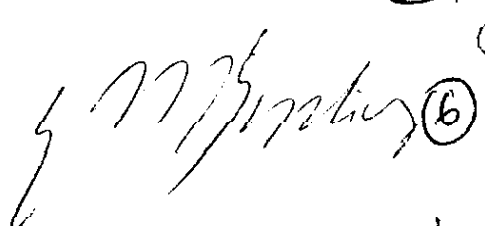

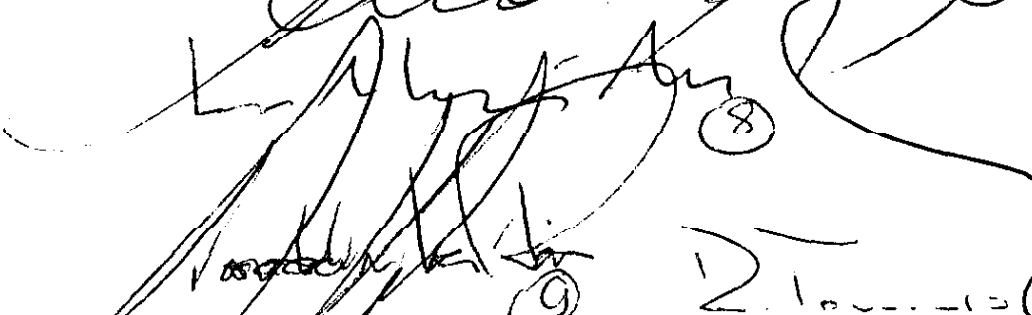
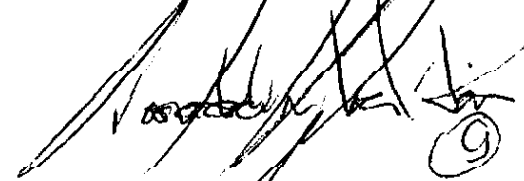

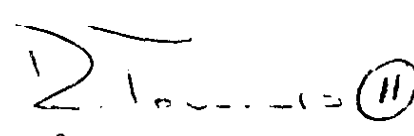
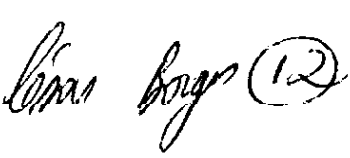
Cumprе salientar que a despeito da forte presença libanesa no Brasil – aqui está presente a maior colônia libanesa do mundo – os dois países não possuem relações diplomáticas tão próximas. Poucos atos internacionais foram celebrados entre os dois países, demonstrando esta situação de descuidos das relações diplomáticas com este parceiro estratégico e com grande potencial.

A aprovação deste acordo significará importante aumento no comércio bilateral Brasil-Líbano de animais, plantas e seus produtos, de forma segura para os dois países.

III - VOTO

Em face do exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de fevereiro de 2006.

 (1) Presidente EM EXERCÍCIO
 (2) Relatora
 (3)
 (4)
 (5) Micael Nogueira
 (6) M. M. M. M.
 (7)
 (8)
 (9)
 (10)
 (11)
 (12)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

**ASSINARAM O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, DE 2006,
OS SEGUINTESENADORES:**

- 1. EDUARDO AZEREDO, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**
- 2. SERYS SLHESSARENKO, RELATORA**
- 3. GERSON CAMATA**
- 4. SÉGIO ZAMBIASI**
- 5. MÃO SANTA**
- 6. EDUARDO SUPPLY**
- 7. ÁLVARO DIAS**
- 8. MARCO MACIEL**
- 9. FLEXA RIBEIRO**
- 10. JOSÉ AGRIPINO**
- 11. RODOLPHO TOURINHO**
- 12. CÉSAR BORGES**

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no Diário do Senado Federal, de / 2006

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:10794/2006)